

DO ATO DE ARGUMENTAR À EVOCAÇÃO DE ENCADEAMENTOS ARGUMENTATIVOS: QUE LUGAR PARA A ENUNCIÇÃO?*

DE L'ACTE D'ARGUMENTER A L'EVOCATION D'ENCHAÎNEMENTS ARGUMENTATIFS: QUELLE PLACE POUR L'ÉNONCIATION

Louise Behe 1
Marion Carel 2
Corentin Denuc 3

Resumo: A semântica argumentativa sempre ligou de modo inextricável os temas da enunciação e da argumentação, desde sua fundação por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot. Contudo, do ato de argumentar nos primeiros trabalhos de Ducrot à teoria da fala atribuída e da fala feliz desenvolvida por Marion Carel e Dinah Ribard, passando pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e pela Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), a relação entre enunciação e argumentação não deixou de ser redefinida. Estruturado em torno desses três tempos, nosso artigo se propõe a retornar ao modo como a articulação entre enunciação e argumentação evoluiu no âmbito da semântica argumentativa.

Palavras-chave: Enunciação. Argumentação. Semântica Argumentativa. TBS. Atos de Fala.

Résumé: La sémantique argumentative a toujours lié de façon inextricable les deux thèmes que sont l'énonciation et l'argumentation, et ce dès sa fondation par Jean-Claude Anscombre et Oswald Ducrot. Toutefois, depuis l'acte d'argumenter dans les premiers travaux de Ducrot jusqu'à la théorie de la parole attribuée et de la parole heureuse développée par Marion Carel et Dinah Ribard, en passant par la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS) et la Théorie Argumentative de la Polyphonie (TAP), la relation entre énonciation et argumentation n'a cessé d'être redéfinie. Structuré autour de ces trois temps, notre article se propose de revenir sur la façon dont a évolué l'articulation entre énonciation et argumentation au sein de la sémantique argumentative.

Mots-clés: Énonciation. Argumentation. Sémantique Argumentative. TBS. Actes de Langage.

* Tradução de Lauro Gomes. Revisão da tradução por Cristiane Dall'Cortivo Lebler.

- 1 Doutoranda em Linguística na EHESS. Pesquisa gradualidade em francês e em italiano. Coordenou, em 2021, a publicação da obra franco-brasileira Curso de Semântica Argumentativa. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-4832-4111>. E-mail: louise.behe@ehess.fr
- 2 Orientadora de estudos em Linguística lexical e Linguística do discurso na EHESS (Paris) e trabalha no âmbito da Semântica Argumentativa. É autora da obra L'entrelacement argumentatif publicada pela editora Honoré Champion em 2011. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-2432-1127>. E-mail: marion.carel@ehess.fr
- 3 Doutorando em Linguística na EHESS - CRAL. Desenvolve uma tese sobre "As propriedades semânticas e pragmáticas do léxico social". Em 2021, coordenou a publicação da obra franco-brasileira Curso de Semântica Argumentativa. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-4896-9825>. E-mail: corentin.denuc@ehess.fr

Introdução

Desde o final dos anos 1960, Oswald Ducrot desenvolveu uma concepção semântica da enunciação e da argumentação. No sentido dos enunciados, há uma caracterização de sua própria enunciação – nós a chamaremos de *enunciação linguística*. Mas, no sentido dos enunciados, há também a indicação direta de certas conclusões – nós a chamaremos de *argumentação linguística*. O lugar atribuído à argumentação na descrição semântica é o que faz a unidade da semântica argumentativa, desde os primeiros trabalhos de Ducrot até os de seus sucessores. O que vai evoluir muito, em contrapartida, é a forma como ela se articula com a enunciação. Nós nos propomos a retornar sobre sua evolução em três momentos:

1. Anscombe e Ducrot não apenas deram lugar de destaque à enunciação e à argumentação, como as relacionaram uma à outra. É através do conceito de *ato de argumentar* que abordaremos essa relação. O ato de argumentar faz parte da enunciação linguística, da caracterização que um enunciado dá de sua própria enunciação. Trata-se de uma concepção enunciativa da argumentação.

2. À medida que os trabalhos de Anscombe e Ducrot avançam, a argumentação ganha cada vez mais espaço em relação ao conteúdo informativo. A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) completa esse movimento, excluindo todo o conteúdo informativo do sentido dos enunciados. Além disso, com a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), a própria enunciação linguística será objeto de uma descrição argumentativa. Encontramos, daí em diante, uma concepção argumentativa da enunciação.

3. Mas qual é a utilidade de evocar argumentações sem vínculo factual? Como repensar a enunciação se o conteúdo é argumentativo? Por que nós falamos? (São essas questões que a oposição entre fala feliz e fala atribuída, desenvolvida atualmente por Marion Carel e Dinah Ribard, busca responder).

Primeiro momento: o ato de argumentar¹

Na introdução de “Análises pragmáticas”, Oswald Ducrot declara que a argumentação é “o ato linguístico fundamental” (DUCROT, 1980b). No entanto, não é uma concepção retórica da linguagem que ele propõe. Em “Argumentação retórica e argumentação linguística”, ele distingue duas noções: há a *argumentação retórica*, quando um discurso visa a “fazer alguém crer em alguma coisa”, enquanto que há a *argumentação linguística* quando, “em um encadeamento argumentativo ‘A, portanto C’, o sentido do argumento A contém, em si mesmo, a indicação de que deve ser completado pela conclusão C” (DUCROT, 2004)². O ato de argumentar faz parte da argumentação linguística: ele não diz respeito à eficácia perlocucional da linguagem, sua capacidade de convencer ou persuadir. O ato de argumentar é um ato ilocutório por direito que está convencionalmente ligado ao sentido dos enunciados. Consiste em “impor ao destinatário um certo tipo de conclusões como a única direção na qual o diálogo pode ser seguido” (DUCROT, 1977).

Se o ato de argumentar é um ato ilocutório e se torna o ato linguístico fundamental, segue-se uma consequência decisiva: em Anscombe e Ducrot, a argumentação substitui a asserção como ato central da atividade linguística. Falar não é tentar convencer ou persuadir, comprometendo-se com a verdade de um conteúdo informativo, é pretender restringir a sequência da conversação via procedimentos que não dizem respeito aos conteúdos informativos das palavras ou dos enunciados, mas aos seus valores argumentativos intrínsecos.

Mas em que momento o ato de argumentar encontra a enunciação? A enunciação é “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1984). Trata-se da *enunciação material* por oposição à *enunciação linguística*. O ato de argumentar está intimamente ligado, como todo ato ilocutório, à enunciação material: o aparecimento de um enunciado no mundo é uma condição para que haja um ato ilocutório. Mas os atos ilocutórios, em Ducrot, estão

¹ Esta primeira seção foi redigida por Corentin Denuc.

² Nota do tradutor: versão do artigo em português disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648>.

muito mais intimamente ligados à enunciação: dizem respeito à caracterização que um enunciado dá de sua própria enunciação (DUCROT, 1977). Trata-se, agora, da *enunciação linguística*, isto é, da representação que um enunciado dá de sua enunciação material.

Tentaremos, primeiramente, esclarecer as relações que mantêm, aos olhos de Anscombe e Ducrot, o ato de argumentar e a enunciação linguística, a argumentação e a enunciação. Em seguida, abordaremos a questão de saber como o ato de argumentar se tornou “o ato linguístico fundamental”.

O ato de argumentar e a enunciação

Uma concepção enunciativa dos atos ilocutórios

Tanto em Austin (AUSTIN, 1970) quanto em Searle (SEARLE, 1972), os atos ilocutórios têm um valor normativo: eles modificam a situação jurídica, criando obrigações, interdições ou permissões. Prometer é obrigar-se a realizar uma determinada ação, pronunciando certas palavras. Ducrot recusa o “realismo jurídico” subjacente a essa concepção do ato ilocutório: essa modificação da situação normativa não é verificável no mundo, é apenas uma encenação produzida pelo enunciado. Prometer, dizer *eu prometo* não é obrigar a si mesmo, mas fingir obrigar a si mesmo. Os atos ilocutórios não dizem respeito à modificação jurídica que um enunciado produz no mundo, mas àquilo que ele pretende produzir. Os atos ilocutórios são pretensões declaradas para criar obrigações, interdições ou permissões.

Esse é o caráter “sui-referencial” dos atos ilocutórios: eles se relacionam fundamentalmente com a enunciação linguística, com a representação (jurídica) que um enunciado dá de sua própria enunciação material. Se a argumentação é o ato linguístico fundamental, como se tornará aos olhos de Anscombe e Ducrot, segue-se uma consequência maior: a linguagem é fundamentalmente **argumentativa e enunciativa**.

O ato de argumentar dentre os atos ilocutórios

O ato de argumentar não ocupa um lugar trivial entre os atos ilocutórios em Ducrot. A relação do ato de argumentar com a enunciação é de um tipo especial. Entre os atos ilocutórios, alguns dizem respeito a obrigações extralinguísticas. Prometer ou ordenar é pretender que nossa enunciação (nos) obrigue a realizar uma ação que, muitas vezes, nada tem a ver com o discurso. Dizer *prometo vir* é pretender obrigar-se a vir – ação que não tem nada de linguístico. Ao contrário, há atos ilocutórios (esses interessam particularmente a Ducrot) que dizem respeito a obrigações próprias ao discurso ou ao diálogo. Fazer uma pergunta, por exemplo, é reivindicar uma resposta. Como sublinha Ducrot no prefácio de *Atos de linguagem* (SEARLE, 1972), trata-se de uma obrigação discursiva, interna à troca linguística. Quando abordo alguém na rua para perguntar *que horas são?*, pretendo obrigá-lo a me dizer a hora, isto é, a pronunciar um certo tipo de enunciado. O mesmo vale para o ato de pressupor: pressupor um conteúdo é desejar impedir que o interlocutor o questione na sequência do diálogo (DUCROT, 1969). Se eu digo que *ela voltará amanhã*, pressuponho que ela já veio, defendo que é um fato estabelecido na conversação e que meu interlocutor não deve questioná-lo.

A definição que citamos acima sobre o ato de argumentar o classifica muito claramente no interior da categoria dos atos discursivos: trata-se de “impor ao destinatário um certo tipo de conclusões *como a única direção na qual o diálogo pode ser continuado*” (DUCROT, 1977). A restrição que o ato de argumentar pretende impor à continuação do diálogo não é claramente explicitada em Ducrot. Mas, seja como for, os atos de fazer uma pergunta, pressupor ou argumentar não caracterizam apenas a enunciação material que permite realizá-los, eles pretendem que essa enunciação material restrinja os outros, impeça o aparecimento de outros enunciados.

Para resumir, os atos ilocutórios discursivos, como o ato de argumentar, relacionam-se à enunciação de três maneiras. Como todo ato ilocutório, eles supõem uma enunciação material

e decorrem, para Ducrot, da enunciação linguística, da caracterização que o enunciado dá de sua própria enunciação. Mas, além disso, como atos ilocutórios discursivos, pretendem impor, permitir ou interditar certos tipos de enunciados na continuação da troca.

O ato ilocutório fundamental

Por que admitir um ato ilocutório de argumentar?

A argumentação retórica ocorre quando se procura persuadir pelo discurso. Na terminologia austiniana cara a Ducrot, a argumentação retórica diz respeito aos efeitos perlocutórios visados pela realização de atos ilocutórios – geralmente asserções. O discurso “Está chovendo, portanto fiquemos em casa” é argumentativo porque visa a fazer admitir a conclusão “fiquemos em casa” por intermédio de uma afirmação sobre o clima, cujo conteúdo apoiaria a conclusão. Ducrot procura demonstrar que essa concepção de argumentação não é suficiente e que é necessário, em certo número de casos, admitir um ato de argumentar a partir do nível semântico e não do nível dos efeitos perlocutórios pretendidos.

O que leva a admitir o ato de argumentar dentre os atos ilocutórios é a constatação de que certas palavras e certos enunciados possuem uma argumentatividade independente de seu conteúdo informativo ou descritivo. A argumentatividade não é mais vista como o efeito perlocutório de um enunciado, mas como um ato ilocutório inteiramente associado, por convenção, ao uso de certos *marcadores argumentativos* (DUCROT, 1982).

O exemplo paradigmático, que retomamos aqui, é o de *pouco* e *um pouco* (ANSCOMBRE e DUCROT, 1976). Esses dois advérbios têm o mesmo conteúdo informativo: referem-se às mesmas quantidades no mundo. Mas seus empregos argumentam em favor de conclusões contrárias. *Resta pouca água* pretende impor, a partir de uma certa representação argumentativa da pequena quantidade de água, uma conclusão do tipo *é preciso voltar a procurá-la*. *Resta um pouco de água* pretende impor, a partir de uma representação argumentativa contrária à pequena quantidade de água, uma conclusão do tipo *não vale a pena voltar a procurá-la*. Não é o conteúdo informativo da asserção que argumenta a favor de uma conclusão ou de outra, são os marcadores *pouco* e *um pouco* que pretendem impor ao interlocutor uma conclusão ou a conclusão contrária a partir do mesmo conteúdo informativo. O ato de argumentar não é afirmar o conteúdo informativo em favor de uma conclusão. *Resta pouca água* e *resta um pouco de água* têm o mesmo conteúdo informativo, mas não realizam o mesmo ato de argumentar: o primeiro pretende impor a conclusão *é preciso voltar a procurá-la*, enquanto o segundo pretende impor a conclusão *não vale a pena voltar a procurá-la*.

Pela própria significação das palavras, usar *pouco* ou *um pouco* é realizar o ato de argumentar em favor de certos tipos de conclusões. É pretender impor essa conclusão na conversa. Claro, é sempre possível, para o interlocutor, recusá-la. Mas recusá-la não é apenas se opor à conclusão. É opor-se ao ato de argumentar que acaba de ser realizado em seu favor. Pode-se dizer sobre os marcadores argumentativos a mesma coisa que Ducrot diz sobre a virada interrogativa no prefácio de *Atos de linguagem* (SEARLE, 1972):

Perguntar-se qual é o “sentido” da virada interrogativa nos parece tão pouco promissor [...] quanto procurar o sentido do contra-ataque no bridge³ ou do toque no rugby: seu único sentido é a maneira como transformam, quando usados, a situação do adversário.

³ A metáfora do jogo de cartas ou xadrez é emprestada de Searle. Mas Ducrot a radicalizou. Para Searle, um enunciado, ao contrário de uma partida de xadrez, tem um sentido. Em vez disso, Ducrot afirma que “o sentido de uma pergunta, como o sentido de uma partida de xadrez, está inteiramente contido nas mudanças que ele apresenta, convencionalmente, na situação do discurso”. Outra nuance: em Searle, é a realidade social que se compara ao jogo – os atos ilocutórios trazem modificações jurídicas para uma situação social. Em Ducrot, é a conversa que se compara ao jogo – os atos ilocutórios trazem mudanças “para a situação discursiva”. Encontramos a metáfora do jogo em trabalhos posteriores, em semântica argumentativa, para descrever a conversa e o lugar que a argumentação ocupa nela: mais tarde, neste artigo, comparamos a fala feliz com o jogo de damas.

A generalização da argumentação

Em Anscombe e Ducrot, assim como em Austin e Searle, todo enunciado realiza um ou vários ato(s) ilocutório(s). Mas isso significa, para Anscombe e Ducrot, que todo enunciado contém uma caracterização jurídica (eventualmente implícita) de sua própria enunciação material. É para isso que serve a linguagem. O sentido do enunciado é a representação que ele dá de sua enunciação (DUCROT, 1984a). Em um primeiro momento, o ato de argumentar é apenas um ato ilocutório entre outros que, como a pressuposição, interessa particularmente a Ducrot, porque as restrições que pretende impor são de natureza discursiva. A princípio, sobretudo, é um ato desencadeado pelo uso de “marcadores argumentativos” específicos.

Mas a argumentação vai, progressivamente, ocupar cada vez mais espaço no interior da descrição semântica. Inicialmente utilizada para descrever advérbios como o par *pouco/um pouco* assim como conjunções como *mas* ou *visto que*, ela vai logo invadir o léxico. O adjetivo *longe*, por exemplo, serviria para representar uma distância (qualquer que seja) como imposição de conclusões do tipo *difícil de alcançar*. Responder é longe à questão de saber se se pode ir a pé até a universidade não seria descrever a distância, mas apenas apoiar a recusa (implícita) de caminhar até lá (DUCROT, 1992). Da mesma forma, seria constitutivo da noção de *trabalho* um argumento a favor da noção de *sucesso*: dizer *ele trabalhou* seria pretender impor uma conclusão do tipo *deveria ter sucesso* (DUCROT, 1996). Dizer é sujo para uma criança que se aproxima de um cachorro não seria descrever o cachorro. A função fundamental do adjetivo *sujo* seria justificar “ordens de não tocar, não comer, ou, mais geralmente, evitar contato, guardar” (DUCROT, 1995).

Localizada primeiramente na enunciação linguística através do ato de argumentar, a argumentatividade se aloja, gradualmente, nos próprios conteúdos. Manter no sentido apenas esses conteúdos argumentativos é a aposta da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Segundo momento: a Teoria dos Blocos Semânticos⁴

Permanece em Anscombe e Ducrot, e isso apesar de sua determinação em “eliminar qualquer referência ao objetivo ou ao informativo, pelo menos em estrutura profunda” (ANSCOMBRE, 1995), a ideia de que certos conteúdos são informativos. A Teoria dos Topoi certamente admite que os fatos descritos pelas frases são apenas “a cristalização dos movimentos argumentativos” – contrariamente à versão anterior da Teoria da Argumentação na Língua, que ainda via, nas frases, “valores descritivos” ao lado de “valores argumentativos” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1986) – mas a diferença entre argumento e conclusão é mantida, e cada um desses dois objetos é interpretado de forma diferente. De fato, para Anscombe e Ducrot, argumentar é criar um movimento que vai de um argumento a uma conclusão. A partir daí, e para que seja possível a passagem do argumento para a conclusão, argumentar é sobretudo escolher um topos – lugar comum partilhado por uma comunidade linguística – e uma forma tópica – forma particular de aparecimento do topos – relativos à “situação” enunciada. Assim, dizer (1):

(1) Está calor. Vamos à praia.

é, em primeiro lugar, escolher o topos segundo o qual “o calor é, para a praia, um fator de agradabilidade”, que relaciona as duas escalas argumentativas do calor e da agradabilidade; e, em segundo lugar, mobilizar a primeira das duas formas tópicas que decorrem desse topos:

FT1 : “Quanto mais calor, mais é agradável”

FT2 : “Quanto menos calor, menos é agradável”

A aplicação da forma tópica à situação enunciada é considerada como uma apreensão argumentativa da situação, uma “função discursiva fundamental” que possibilita “discorrer sobre um estado de coisas” (DUCROT, 1988).

Ora, a nosso ver, isso contraria em vários aspectos a ambição de “eliminar qualquer referência ao objetivo ou ao informativo”. Em primeiro lugar, a possibilidade de uma passagem entre argumento e conclusão, de uma escala para outra, implica a independência dessas escalas.

4 Esta segunda parte foi redigida por Louise Behe.

Isso supõe que a língua recorre a duas noções objetivas, de calor e de agradabilidade em nosso exemplo, sobre as quais se baseia para construir uma argumentação. Mais ainda, a noção de apreensão argumentativa coloca um problema: enunciar “Está calor. Vamos à praia” seria apreender argumentativamente um lugar, englobando a praia, o referente da *praia*. Certamente falaríamos sobre esse lugar argumentativamente, certos de que os termos *calor* e *ir* estariam argumentativamente ligados, mas a palavra *praia* permaneceria referencial.

Os topoi também apresentam uma última dificuldade. De fato, o papel dessas garantias da argumentação é o de relacionar predicados graduais, como sublinha a presença de *mais* e *menos* na formalização das formas tópicas. Ora, essa conexão gradual implica a existência de uma gradualidade prévia; uma gradualidade extralinguística, intervindo antes mesmo da argumentação – que seria então apenas uma etapa secundária. Essa “gradualidade não argumentativa, e mais geralmente não discursiva” colocada pela Teoria de Topoi na base da argumentação será abandonada, incompatível com as profundas ambições da teoria da argumentação na língua (DUCROT, 1996).

A Teoria dos Blocos Semânticos

Uma concepção mais radical da argumentação na língua

A partir dessa crítica à Teoria dos Topoi se desenvolverá a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Mais radical, ela permite abandonar qualquer noção de informatividade, bem como a gradualidade não argumentativa dos topoi. A TBS postula que a argumentação é independente e – como Anscombe e Ducrot previram nos últimos desenvolvimentos da Teoria dos Topoi – está, em realidade, presente na própria significação de cada palavra. Os conteúdos não são mais considerados como o ponto de partida de uma argumentação que os utiliza como argumento e os liga a uma conclusão, eles próprios são argumentativos. Enunciar “O tempo está bonito” já é dizer “Vamos sair”.

Outro postulado essencial da Teoria dos Blocos Semânticos é que “cada um dos elementos de sentido comunicado por um enunciado pode ser reformulado por um encadeamento argumentativo” (CAREL, 2014). Os encadeamentos argumentativos, paráfrases de enunciados, são construídos ligando duas proposições gramaticais, seja por um conector do tipo de *no entanto* (os encadeamentos são, então, chamados de transgressivos), seja por um conector do tipo de *portanto* (chamados de normativos). Por exemplo, no caso do enunciado (2):

(2) Pedro foi corajoso

é evocado, segundo a TBS, um encadeamento argumentativo como: *Mesmo que houvesse perigo, Pedro agiu*. Esse encadeamento argumentativo transgressivo formula, então, por sua vez, uma estrutura semântica que chamamos de aspecto argumentativo e que será escrita esquematicamente [PERIGO PT FAZER] – em que PT lembra que o conector é, no encadeamento, do tipo de *no entanto*.

Qualquer encadeamento argumentativo formula um aspecto argumentativo, e esses aspectos geralmente estão contidos na significação das palavras do léxico. No caso de nosso enunciado (2), o aspecto expresso pertence à significação da palavra *corajoso*. Diremos que [PERIGO PT FAZER] é um aspecto transgressivo, o que é indicado pela notação PT (que nos lembra que os encadeamentos que formulam o aspecto serão transgressivos), e diremos que [PERIGO DC NEG FAZER] é um aspecto normativo, o que é indicado pela notação DC (que nos lembra que os encadeamentos que formulam o aspecto serão normativos). Toda negação argumentativa (seja *não*, seja, por exemplo, *pouco*) será notada como NEG. Note-se, aqui, que, para resolver as dificuldades colocadas pela independência das escalas da teoria dos topoi, a TBS desenvolve a noção de bloco semântico. Em nosso exemplo (2), o aspecto apreende o bloco semântico do “perigo e da ação”, que não são mais considerados como noções independentes que poderíamos mensurar ou observar objetivamente no mundo. Logo, o nome do aspecto, embora reflita a forma dos encadeamentos que podem formulá-lo, não reflete, com isso, sua própria natureza: PERIGO e FAZER não são duas noções separadas no aspecto. O aspecto se constrói no bloco do «perigo e da ação» no qual PERIGO e FAZER se misturam. Isso tem uma consequência: a TBS não fala mais em termos de argumento e de conclusão, mas em termos

de encadeamentos.

Assim, longe de ser uma apreensão argumentativa de Pedro, uma forma de falar argumentativamente de Pedro enquanto ser do mundo, o enunciado “Pedro é corajoso” constrói, antes de tudo, um encadeamento argumentativo – e isso graças à significação argumentativa das palavras mobilizadas. Para a Teoria dos Blocos Semânticos, são, de fato, as palavras e sua significação, bem como seu entrelaçamento no discurso, que constroem a argumentação ao transformar os aspectos em encadeamentos argumentativos que vão constituir o conteúdo do enunciado.

Entrelaçamento e emprego das palavras

Uma grande diferença introduzida pela Teoria dos Blocos Semânticos é, portanto, a importância do entrelaçamento das palavras no discurso. Com efeito, embora o conteúdo dos enunciados às vezes possa derivar da presença de uma única palavra, como em (2), em que *corajoso* contém, em sua significação, o aspecto expresso pelo enunciado, é também o entrelaçamento das palavras, sua conexão, que permite criar encadeamentos argumentativos. A própria língua, por meio de sua atividade combinatória, tem a capacidade de construir encadeamentos argumentativos. Esses encadeamentos, que às vezes podem ser absurdos, paradoxais, contrários à língua, são, em última análise, as garantias da criatividade semântica. A TBS, portanto, distingue vários usos possíveis das palavras e dos sintagmas, que correspondem a tantas maneiras de eles intervirem na construção do discurso.

Em primeiro lugar, um sintagma pode ser mobilizado em um enunciado em emprego *constitutivo*. Isso quer dizer que o sintagma significa o aspecto expresso pelo enunciado. Em seguida, um sintagma pode ser mobilizado em um enunciado em emprego *caracterizante*. Isso significa que o sintagma formula, no interior do encadeamento argumentativo, um dos segmentos do aspecto expresso pelo enunciado. Enfim, um sintagma pode ser mobilizado em emprego singularizante. Isso significa que ele participa simplesmente, e unicamente, na transformação do aspecto expresso em discurso enunciado. Tomemos os seguintes enunciados, um primeiro enunciado construído e um segundo excerto de uma carta de Jacques Rivière a Alain Fournier, sobre os livros de que este último gostava:

(3) Visto que nevava naquela noite, ele dirigia devagar

(4) Acho que você tem uma propensão ao sentimentalismo

Esses enunciados evocam, respectivamente, encadeamentos argumentativos como “Nevava naquela noite, portanto ele dirigia devagar” e “Mesmo quando um livro não é emocionante, você se comove”, que, por sua vez, formulam respectivamente os aspectos [PERIGO DC PRECAUÇÃO] e [NEG EMOCIONANTE PT COMOVIDO].

No caso de (3), diremos que os sintagmas *nevava* e *dirigia devagar* estão em uso caracterizante. São eles, de fato, que estão relacionados ao aspecto [PERIGO DC PRECAUÇÃO]; são eles que são, respectivamente, dados como equivalentes dos termos *perigo* e *precauções* de um encadeamento tal que *era perigoso, portanto ele tomou precauções*. São esses empregos caracterizantes que permitem a construção de encadeamentos argumentativos pelo simples fato de entrelaçar palavras. Com efeito, (3) não inclui uma “palavra-plena”, termo *constitutivo* que lhe daria seu aspecto, mas o entrelaçamento de palavras, a combinação no discurso de *nevava* e *dirigia devagar*, permite criar o encadeamento argumentativo “Nevava, portanto ele dirigia devagar”, que é, em seguida, entendido como formulando o aspecto [PERIGO DC PRECAUÇÃO].

Esta noite, por sua vez, é um sintagma em emprego singularizante: serve apenas para materialização do enunciado e é relativamente intercambiável – pode-se, por exemplo, substituí-lo por *esta manhã*, ou por *ontem* – e até suprimível na descrição do que é posto pelo enunciado (claro que o enunciado pressupõe que a ação ocorreu à noite de modo que a significação de *aquela noite*, por outro lado, interviesse nos pressupostos). O aspecto expresso, e este é um ponto fundamental da TBS, não é utilizado para construir um discurso sobre os supostos referentes dos singularizantes no mundo. O aspecto é utilizado para construir um encadeamento argumentativo, um discurso: o sentido de nossos enunciados pertence totalmente e apenas ao domínio da língua.

No enunciado (4), diremos que *sentimentalismo* está em emprego constitutivo: é ele que

determina o encadeamento “Mesmo quando um livro não é emocionante, você se comove”, cujo aspecto [NEG EMOCIONANTE PT COMOVIDO] está contido na significação de *sentimentalismo*. Além disso, esse enunciado nos permite perceber um último tipo de emprego das palavras: os empregos puramente enunciativos. Estes últimos não participam da construção do conteúdo argumentativo do enunciado, mas da construção de outro tipo de argumentação, uma argumentação enunciativa. É, em (4), o caso de *Acho que*, emprego puramente enunciativo que destaca a presença de argumentações enunciativas dentro do próprio discurso. Daqui em diante, são essas argumentações enunciativas que constituem a enunciação linguística que estamos prestes a desenvolver.

Da Teoria da Polifonia à Teoria Argumentativa da Polifonia

Exemplos e definições

Aqui, damos alguns passos atrás. Ducrot, com sua teoria polifônica da enunciação, introduziu o conceito de enunciador. O enunciador, “ser de discurso” responsável pelos conteúdos, foi então adicionado ao locutor, “ser de discurso” responsável pelo enunciado. Os enunciadores são os responsáveis pelos conteúdos que são apresentados como “pontos de vista” das “atitudes”, e que serão mobilizados e utilizados pelo locutor (DUCROT, 1984a). Para ilustrar brevemente o funcionamento dessa enunciação polifônica, um exemplo particularmente esclarecedor é o dos enunciados que comportam uma negação. Tomemos (5):

(5) Não, tenho certeza que este ônibus não vai para Jussieu

nesse enunciado, segundo a descrição polifônica da enunciação, dois enunciadores se opõem: um enunciador E1 que mobiliza o conteúdo dito positivo “Esse ônibus vai para Jussieu” e um enunciador E2 que mobiliza o conteúdo dito negativo “Esse ônibus não vai não para Jussieu”. O locutor, designado pelo pronome “eu”, é responsável pelo enunciado em sua globalidade; ele confronta E1 com E2, recusa o ponto de vista de E1 e assume o ponto de vista de E2. Os atos ilocutórios, como já foi notado, desapareceram aqui. Inicialmente associados a enunciadores por Ducrot, eles deixaram seu vocabulário em favor de uma noção de configuração polifônica. É ela que representa a enunciação linguística e descreve a enunciação material. Segundo Ducrot (1984a), (5) descreve sua enunciação material como sendo, por parte do locutor, um confronto de dois pontos de vista, E1 e E2, sendo E1 recusado e E2 assumido.

Com a Teoria dos Blocos Semânticos, e seu componente enunciativo, a Teoria Argumentativa da Polifonia, esses enunciadores – bastante assimiláveis aos seres do mundo – são substituídos por modos de aparecimento dos conteúdos, os quais se limitam ao número de três, e que envolvem, mais ou menos, o locutor em relação ao conteúdo enunciado:

O modo do concebido, no qual o locutor se envolve e declara conceber o conteúdo na própria ocasião de seu aparecimento; o modo do encontrado, em que, ao contrário, o locutor se desengaja e declara ter encontrado, captado, o conteúdo já constituído; e o modo do recebido, em que o locutor novamente se desengaja, mas em favor de uma subjetividade diferente da sua. (CAREL, 2018)

A Teoria Argumentativa da Polifonia introduz uma outra diferença fundamental: a própria enunciação linguística pode ser parafraseada por encadeamentos argumentativos. Na continuidade dos trabalhos de Ducrot, que afirmava que o sentido de um enunciado contém a descrição de sua enunciação (DUCROT, 1984a), a TAP sustenta que o sentido de um enunciado comporta, ao lado do conteúdo argumentativo, um componente enunciativo, representando a *enunciação linguística* (CAREL; RIBARD, 2019) – ou seja, como mencionamos anteriormente, a caracterização que um enunciado dá de sua *enunciação material*.

Aplicações

Em nosso exemplo (5), o locutor se engaja, declara conceber o conteúdo – notadamente graças a *tenho certeza de que*. O conteúdo é, portanto, enunciado no modo do concebido. Mais precisamente, introduz uma enunciação argumentativa, parafrazeável por um encadeamento como *sei que esse ônibus não vai para Jussieu, portanto eu te digo isso*, formulando um aspecto como [X SABER Y DC DIZER Y] que está contido na significação de *X é certo que Y*.

Da mesma forma, em (4), ao encadeamento argumentativo do enunciado “Mesmo quando um livro não é emocionante, você se comove”, é acrescentado um encadeamento como “Eu lhe digo que você tem uma propensão ao sentimentalismo, portanto leve isso em consideração”, parafrazeando a argumentação enunciativa e formulando um aspecto [X DIZER QUE Y DC LEVAR EM CONSIDERAÇÃO Y] contido na significação de *X acha que*. Essa argumentação enunciativa permite ao locutor descrever sua atividade – aqui do tipo de conselho, ou reprovação disfarçada de conselho. De fato, é o uso enunciativo de *acho que* que vem introduzir no enunciado essa segunda argumentação, somando-se então àquela produzida pelo conteúdo do enunciado. A análise da enunciação de *acho que X* evoluiu desde 1976. O ato de fala que apresenta “eu” como posto em uma situação que lhe permite fazer uma “predicação original” em relação a X (DUCROT, 1976), daí em diante, deu lugar aos encadeamentos argumentativos.

Essa nova análise enunciativa dos enunciados permite, notadamente, destacar o que as palavras comunicam argumentativamente, em empregos enunciativos, que a ANL, por vezes, tinha dificuldade para descrever. Além de usos como o de *acho que*, a TAP também possibilita dissecar os usos de advérbios enunciativos, que a teoria da polifonia de Ducrot não permitia analisar melhor, como apontam Carel e Ribard. Para ilustrar isso, retomemos o exemplo da negação polifônica mencionada anteriormente, aplicada ao enunciado de Rivière. No âmbito da polifonia ducrotiana, a análise de dois enunciados como:

(6) Francamente, você não tem propensão ao sentimentalismo

(7) Você não tem propensão ao sentimentalismo

teriam sido indiferenciados, já que em ambos os casos encontramos um locutor opondo os pontos de vista de dois enunciadores E1 e E2 – que, respectivamente, introduzem os conteúdos *you have a propensity for sentimentalism* e *you do not demonstrate sentimentalism* – e assumindo o segundo. A análise polifônica, portanto, não nos permite levar em conta tudo o que a enunciação de *francamente* comunica argumentativamente, ou seja, algo como: *mesmo que isso arrisque não o agradar, eu lhe digo*. O que a TAP permite destacar é que o que fazemos quando dizemos *francamente* é, antes de tudo, *dizer* que falamos apesar da potencial reação negativa do interlocutor ao nosso dizer: o dizer, argumentativamente, e não o fazer, objetivamente.

A Teoria Argumentativa da Polifonia possibilita, portanto, explicitar o dizer do locutor sobre sua própria atividade enunciativa ao mobilizar os encadeamentos argumentativos da Teoria dos Blocos Semânticos. A caracterização que um enunciado dá de sua enunciação não é informativa; tudo é argumentação, não só o conteúdo, mas também a enunciação linguística.

Mas então, em que consiste realmente a enunciação de um conteúdo argumentativo? Certamente qualquer enunciado, por seus encadeamentos argumentativos (enunciativos ou não), modifica a situação de discurso, restringe e influencia a continuidade do discurso e do diálogo, constitui um golpe no jogo das trocas linguísticas. O que o ato de argumentar restringia sobre a fala do outro é retomado na própria noção de encadeamento argumentativo. Mas o que faz aquele que fala, do que se trata agora? Pois ele não pretende obrigar a concluir em favor de um determinado conteúdo informativo. No máximo, pode-se dizer que aquele que fala afirma um conteúdo argumentativo. Mas que sentido poderia ter de confrontar no mundo com um conteúdo argumentativo? O que fazemos quando enunciamos materialmente *o tempo está bonito*?

Terceiro momento: fala feliz e fala atribuída⁵

Começemos por uma definição. Vamos qualificar como “ator falante” um ser humano que enuncia materialmente um enunciado e utiliza os encadeamentos argumentativos evocados. Nos termos de Ducrot (DUCROT, 1984a), ele é, ao mesmo tempo, sujeito falante (participa da fabricação do enunciado) e locutor (o enunciado apresenta-o como responsável, de modo que seja designado pelas marcas da primeira pessoa)⁶. Alguns enunciados não têm ator falante. O suco de laranja, locutor do rótulo beba-me bem gelado, não é sujeito falante; sujeito falante, a senhora que entra em um restaurante com seu cachorro e pronuncia, na direção do dono do restaurante, meu nome é Jeffrey, não é locutora; os slogans publicitários, os grafites sem assinatura, os cartazes de proibição, os folhetos de propaganda sem assinatura, muitos são os enunciados que não podem ser associados a nenhum ser humano. O estudo se limitará, aqui, ao caso dos enunciados com ator falante. O que fazemos quando fazemos aparecer um enunciado? Por que usar encadeamentos argumentativos? Por que falar se você não fala de nada? Seguindo Carel e Ribard (2019), distinguiremos dois casos: o da fala feliz e o da fala atribuída.

A fala feliz

Exemplo e definição

A expressão “fala feliz” provém do estudo de Starobinski sobre o moralista La Rochefoucauld. Segundo La Rochefoucauld, lido por Starobinski, seríamos, enquanto seres do mundo, guiados apenas por nosso egoísmo e incapazes de moral (*As Máximas são abertas com Nossas virtudes são apenas vícios disfarçados*). Entretanto, seria possível, pela conversação, tornar-se um outro, um ser ocupado pelo único discurso. A arte da conversação, que La Rochefoucauld sustenta em suas próprias máximas – lembremos de *Nosso amor próprio sofre mais impacientemente com a condenação de nossos gostos do que com nossas opiniões* ou ainda *Nós todos temos força suficiente para suportar os males do outro* – não procuraria nem dizer a verdade nem obter resultados no mundo além da própria conversa. Isso nos permitiria “entreter” a nós mesmos:

O triste fim [a morte] é conhecido de antemão; no entanto, tudo recomeça no feliz ato de falar, na conversa amigável, na confiança que se deposita na linguagem e que é, apesar de tudo, uma confiança depositada na razão humana. (STAROBINSKI, 1966b)

A conversa nos salões do século XVII na França, entre iguais, teria sido ocasião para uma fala livre, afastada das lutas egoístas, afastada do mundo e, nisso, feliz, levada pelo único gosto pelas palavras, transportada pelas únicas palavras.

De maneira geral, dizemos que há “fala feliz” quando os atores falantes trocam encadeamentos argumentativos, como se empurram os peões em um jogo de damas. Presente no mundo por causa de sua enunciação material, a fala feliz segue, entretanto, apenas as regras da troca linguística; nada mais é do que uma troca de encadeamentos argumentativos, possibilitada pela enunciação material.

⁵ Esta terceira parte foi redigida por Marion Carel.

⁶ A noção de “ator falante” está, aqui, um pouco simplificada. Alguns atores falantes não são sujeitos falantes: ator falante, o signatário de um texto, usa os encadeamentos argumentativos evocados pelo texto que assina sem, contudo, ter materializado este texto. Por outro lado, alguns atores falantes não são locutores: atores falantes, manifestantes que entoam um slogan constituem um locutor coletivo, que representa todos eles e não é nenhum deles.

Dois esclarecimentos

O uso, a partir de Starobinski, do adjetivo psicológico “feliz”, busca destacar a atividade que constitui a fala feliz e que consiste na troca dos conteúdos argumentativos. Por outro lado, o fato de que ela seja ou não feliz não faz parte de sua definição e, mais genericamente, qualificaremos como fala “não atribuída” essa atividade que é a troca de palavras, essa atividade plena, completa, que pode dar alegria, mas também ser ocasião de violência ou de tristeza: encerrar um debate científico usando os encadeamentos argumentativos evocados por *Você tem razão, eu me enganei*, pode se acompanhar de amargura. A fala não atribuída é como jogar damas: a atividade é mais ou menos agradável.

Enquanto mobilização de conteúdos, a fala feliz poderia, aliás, ser confundida com os atos locutórios de Austin, que exprimem conteúdos. Recordemos a noção. O mesmo gesto (não-verbal) pode ser descrito como “flexionar o dedo indicador no gatilho” ou “matar o asno do vizinho”; o mesmo gesto (verbal) pode ser descrito como o ato locutório de dizer que o gato está no tapete e o ato de afirmar a presença do gato sobre o tapete. Um mesmo acontecimento pode ser visto pelo ângulo disso que é feito para realizar um negócio ou pelo ângulo do que é negociado. Dentro desta partilha, a palavra feliz não é o meio de um empreendimento; ela própria é a empresa. A troca dos conteúdos argumentativos, por meio da enunciação de frases que os evocam, termina nessa troca. Assim como se pensa para pensar, assim como se desenha ou toca música para montar formas ou sons, a troca de encadeamentos argumentativos não tem outro fim senão a troca de encadeamentos argumentativos. A fala feliz não é o equivalente do locutório, mas está no mesmo nível do que Austin chamou de atos ilocutórios. A fala feliz é um caso em que a enunciação material influencia a conversa ao fornecer encadeamentos argumentativos.

Enunciação e argumentação

Podemos agora voltar à pergunta: por que produzir fala feliz? o que faz, então, o ator falante? Porque ele não informa sobre o mundo: um encadeamento argumentativo não representa o mundo como ele é – independentemente de nós, de nossas percepções, de nossos pensamentos, de nossos discursos. Nem a palavra feliz dá sentido ao mundo. Ela não se dirige a nenhum objeto do mundo (como poderia ser, já que, puramente argumentativa, ela não tem relação com nenhum objeto particular), ela não dá forma ao mundo; ela não fala sobre nada. Falar de maneira feliz consiste apenas em colocar encadeamentos argumentativos na conversa em curso, adicioná-los a um discurso, progredir em uma construção discursiva.

Certamente, um encadeamento argumentativo pode ser posto na frente (Ducrot dizia “posto”), ou, ao contrário, posto atrás (Ducrot falava de “pressuposto”). Os enunciados *os pinheiros, que tinham todos sido plantados trinta anos antes, foram, então, sistematicamente cortados* e *os pinheiros, que eram, então, sistematicamente cortados, tinham todos sido plantados trinta anos antes*, não têm o mesmo sentido. No quadro da fala feliz, entretanto, isso não afeta a atividade do ator falante: os encadeamentos argumentativos são rotulados como “postos na frente” ou “postos atrás” e o ator falante introduz na conversa, da mesma forma, esses encadeamentos rotulados. O sentido de um enunciado de uma fala feliz não é uma descrição de sua enunciação material. Esta última permanece pura produção de discurso. Falamos para falar:

É, no fundo, uma coisa estranha falar e escrever; a verdadeira conversa, o diálogo autêntico é um puro jogo de palavras. Simplesmente espantoso é o erro ridículo de pessoas que se imaginam falar para as próprias coisas. Mas o próprio da linguagem, a saber, que ela se ocupa apenas de si mesma, todos ignoram. É por isso que a linguagem é um mistério tão maravilhoso e tão fecundo: se alguém fala simplesmente para falar, é precisamente aí, então, que exprime as verdades mais originais e mais magníficas. [...] a tagarelice em ziguezague e seu desleixo desprezado são justamente o lado infinitamente sério da linguagem. (NOVALIS, 1799)⁷

⁷ Agradecemos a Ernesto Feuerhake por ter indicado e comentado sobre este texto de Novalis.

A fala feliz “está simplesmente ocupada consigo mesma”.

A fala atribuída

Há, entretanto, uma segunda forma de fala, a “fala atribuída”, que consiste, desta vez, em sair do universo linguageiro para agir em um mundo de ações verbais e não verbais.

Exemplo e definição

De fato, seguiremos Austin quando ele percebe que o ator falante que enuncia *prometo-lhe vir* age no mundo extralinguístico. A enunciação material não é mais uma pura produção de sentido, mas uma promessa de vir. Não se trata mais de fala feliz; a enunciação material tornou-se ação – uma ação particular que tem consequências no mundo extralinguístico – e isso graças ao sentido do enunciado.

A relação entre o sentido do enunciado e a ação em que se transforma a enunciação material é, entretanto, para nós, mais frouxa do que supunha Austin. De acordo com este último, certos enunciados são certamente ambíguos (*virei na segunda-feira* pode ser uma promessa ou uma ameaça), mas certos verbos (*prometer, ordenar, batizar,...*) determinam o que faz o ator falante quando os enuncia na primeira pessoa do presente. A nosso ver, ao contrário, a ação realizada dizendo nunca é determinada pelas palavras. Quando no trabalho um superior diz para um inferior *fechar a porta*, ele pode constranger, aconselhar (essa é a ambiguidade que Austin prevê), mas também bancar o mestre. Quando, ao sairmos da padaria, enunciamos *bom dia!*, não fazemos a ação de desejar bom dia: saudamos. Os casos que Searle vê como excepcionais e qualifica de indiretos não se distinguem, de fato, em nada dos outros casos. O sentido do enunciado é usado para transformar a enunciação material, mas nunca determina a ação realizada. Basicamente, é o conhecimento da situação histórica em que se produz a fala e, mais particularmente, de suas convenções sociais⁸ que permite determiná-la. O sentido do enunciado apenas limita as ações que um ator falante é capaz de fazer ao enunciar-lo materialmente.

A fala atribuída se opõe, assim, à fala feliz quanto ao status dado à enunciação material. Quando sua fala é atribuída, o ator falante manifesta que ele fala, mostra sua enunciação material, a constitui em ação e a coloca entre as demais ações que se produzem no mundo. Ele evoca encadeamentos argumentativos e semantiza, graças a eles, sua enunciação material, ele os “atribui” à sua enunciação material, sem determiná-la totalmente. Por mais que a enunciação material se reduza ao papel de ferramenta no âmbito da fala feliz, permitindo apenas a evocação de encadeamentos argumentativos, ela é exibida e tornada significativa no âmbito da fala atribuída.

Enunciação e argumentação

Um passo resta a ser dado. O sentido de um enunciado, como já dissemos e repetimos, é, segundo a TBS, constituído de encadeamentos argumentativos. Entretanto, a TBS distingue, no interior do sentido de um enunciado, os encadeamentos argumentativos que dizem respeito ao “conteúdo” e os encadeamentos argumentativos que representam a “enunciação linguística”. Reconhecemos, aqui, um eco da oposição que Bally faz entre *dictum* e *modus*, ainda que, segundo a TBS, ambos sejam argumentativos.

É a enunciação linguística que é “atribuída” à enunciação material. O enunciado de Rivière: acho que você tem uma propensão ao sentimentalismo evocaria os dois encadeamentos:

⁸ Ao contrário de Ducrot, não fazemos a suposição de que certas convenções sociais são privilegiadas e ligadas às palavras: eu posso ser e apenas ser educada dizendo bom dia!, sem, contudo, saudar. Nenhum ato do mundo está inscrito na significação das palavras; não há derivação delocutiva; a significação é unicamente argumentativa.

mesmo quando um livro não é emocionante, você se comove
eu lhe digo que você tem uma propensão ao sentimentalismo, portanto leve isso em consideração

e Jacques Rivière, ao atribuir o segundo desses encadeamentos à sua enunciação material, fazia a ação de aconselhar Alain-Fournier.

Mas como a enunciação material de Rivière poderia ser direcionada pelo sentido de seu enunciado? Como isso é possível, já que, sendo argumentativos, os encadeamentos evocados por um enunciado não são capazes de se dirigir a nenhum objeto do mundo? Se o discurso *seu gato é perfeito, portanto lhe dê uma comida perfeita* não pode semantizar meu comportamento com meu gato, por que o encadeamento *eu lhe digo que você demonstra sentimentalismo, portanto leve isso em consideração* poderia ter semantizado a enunciação material de Rivière? Nossa resposta é que a enunciação material tem um status particular: é mostrada pelo ator da fala atribuída. Subjacente ao enunciado, ela não é um objeto a ser determinado entre os outros objetos do mundo graças a uma descrição que o enunciado forneceria; a enunciação material se mostra, independentemente da significação das palavras utilizadas, e, assim isolada entre os diferentes objetos do mundo sem que tenha sido necessário descrevê-la, ela é semantizada pela fala atribuída.

Um problema persiste. Retomemos o exemplo de *prometo-lhe vir*. O ator falante manifesta sua enunciação material, ele a semantiza por meio da enunciação linguística *digo-lhe que virei, portanto virei*, construída⁹ graças à significação de *prometer* e, fazendo isso, age. Mas o que podemos dizer sobre essa ação, como descrevê-la, em que ela consiste? Nossa resposta é que essa ação é de um tipo particular, não apenas ação entre outras ações, verbais e não verbais, mas também portadora desse valor linguístico que é o encadeamento *digo-lhe que virei, portanto virei*.

Portadora do valor linguístico *digo-lhe que virei, portanto virei*, a ação privilegia os discursos que, sobre ela, retomarão o elemento *digo que virei, portanto virei*, reconhecerão aí o aspecto DIZER X DC X, ou seja, um elemento da significação do verbo *prometer*, e dirão, então, sobre ela, é uma promessa de vir. A fala atribuída tem essa propriedade de prefigurar os discursos que serão feitos a seu respeito. Entretanto, isso é apenas uma prefiguração. O encadeamento *vou dizer-lhe que virei, portanto virei* também pode ser associado ao aspecto COMPROMETER-SE A FAZER DC FAZER, que pertence à significação de *confiável*: fazer tal análise levará aquele que observa a ação a dizer que o ator falante *faz o confiável*. Essa possibilidade é uma das razões pelas quais dizíamos que o sentido do enunciado contenta-se em limitar as ações que é possível realizar por meio de *prometo-lhe que virei*. Ação no mundo, a fala atribuída resta da fala, ambígua, interpretável. Ela se contenta em favorecer certos discursos sobre ela: ninguémalaria sobre o que faz o ator falante de *prometo-lhe vir* dizendo que ele *saída*.

Agora, o que podemos dizer da fala atribuída *prometo-lhe vir* enquanto ação no mundo? Que consequências extralinguísticas ela tem? Desta vez é uma enquete sobre as convenções sociais do mundo no qual aparece o enunciado que seria necessário realizar. Ela permitiria saber como os enunciados são convencionalmente recebidos. Parece bastante claro, para o emprego atual de *bom dia!* em Paris, embora fosse necessário determinar em que consiste, socialmente, um cumprimento; é menos claro para os enunciados com *prometo-lhe...* cujas consequências devem ser estudadas. Esta enquete, entenderemos, não diz respeito ao linguista, mas ao etnógrafo.

Conclusão

Ao fazer do ato de argumentar a atividade fundamental daquele que fala, Anscombe e Ducrot responderam a duas questões, a da natureza geral da fala e a da argumentatividade da língua. Por um lado, com Austin, eles aceitaram que falar não consiste em representar o mundo nem lhe dar sentido, mas agir dentro dele. Por outro lado, e é aqui que se separavam de Austin e

9 A significação do verbo *prometer* contém a alternativa entre dizer x dc x e dizer x pt neg x: o emprego da primeira pessoa do presente escolhe dizer x dc x e o complemento de *prometer* (a saber, *vir*) transforma esse aspecto no encadeamento *digo-lhe que virei, portanto virei*. Comportando o verbo *dizer* na primeira pessoa do presente, este encadeamento deriva da enunciação linguística do enunciado *prometo-lhe que virei*. A esse respeito, ver mais em Carel e Ducrot (2014).

sobretudo de Searle, essa ação não comportaria nenhuma etapa descritiva: fundamentalmente, falar consistiria em argumentar, diretamente, sem recorrer para isso a um conteúdo informativo. A TBS levou a separar essas duas questões.

Segundo a TBS, o caráter argumentativo da fala efetivamente não está mais localizado na ação empreendida pelo falante, mas no valor linguístico com o qual ele age. São esses valores evocados por nossos enunciados que são argumentativos e a questão de saber o que estamos fazendo, no mundo, mobilizando-os permanece em aberto. Seguindo Carel e Ribard, distinguimos dois casos: o da fala feliz e o da fala atribuída.

Seja uma ou outra dessas duas formas de fala, os valores linguísticos mobilizados são, repetimos, argumentativos. É em relação ao papel que dão à enunciação material que a fala feliz e a fala atribuída se distinguem. Na fala feliz, a enunciação material permanece oculta. Ela permite que o ator falante introduza novos valores linguísticos, participe da conversa em jogo ou, talvez de uma maneira menos guerreira, adicione uma peça à construção linguística. Na fala atribuída, ao contrário, a enunciação material é manifestada. Ela é, então, semantizada pelo ator falante, transformada em ação, situada em nosso mundo de convenções sociais, e usada para agir nele.

Vamos nos perguntar onde se situa, então, nossa própria fala. Lembramos que Ducrot desejava sair da Caverna que é, segundo ele, a linguagem, enganosa pelo próprio fato de sua argumentatividade. Mandatória, a argumentatividade da língua parece-nos, ao contrário de Ducrot, permitir entrelaçamentos complexos, sérios, e concordaremos em inscrever nosso próprio discurso no interior da fala feliz, “totalmente ocupada consigo mesma”.

Bibliografia

AUSTIN, John Langshaw. **Quand dire, c'est faire**. Paris : Éditions du Seuil, 1970.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Topique or not topique : formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques. **Journal of Pragmatics**. n°24, p. 115-141, 1995.

ANSCOMBRE, Jean-Claude ; DUCROT, Oswald. L'argumentation dans la langue. **Langages**.n°42, p. 5-27, 1976.

ANSCOMBRE, Jean-Claude ; DUCROT, Oswald. Argumentativité et Informativité. In : **De la métaphysique à la rhétorique : in memoriam Ch. Perelman**. Éditions de l'Université libre de Bruxelles, p.79-94, 1986.

BALLY, Charles, **Linguistique générale et linguistique française**. Editions Francke 1965.

CAREL, Marion. Tu seras un homme mon fils. Un prolongement de la doxa : le paradoxe. In : COZMA A.-M. ; BELHACHHAB, A. ; PESCHEUX, M. (éds.). **Du sens à la signification. De la signification aux sens**, Bern : Peter Lang, p. 389-407, 2014.

CAREL, Marion. Les argumentations énonciatives. **Letrônica**. Vol.11, n°2, p. 106-124, 2018.

CAREL, Marion ; RIBARD, D. L'acte de témoigner. **Antares: Letras e Humanidades**, v. 11, n°23, p. 3-23, 2019.

CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald, Pour une analyse argumentative globale du sens. **Arena Romanistica**, n°14, p. 72-88, 2014.

DUCROT, Oswald. Présupposés et sous-entendus. **Langue française**.n°4, p. 30-44, 1969.

DUCROT, Oswald. Je trouve que. **Semantikos**. N°1, p. 63-88, 1976.

- DUCROT, Oswald. Illocutoire et performatif. **Linguistique et sémiologie**. n°4, p. 17-53, 1977.
- DUCROT, Oswald. **Les Echelles argumentatives**. Paris : Minuit, 1980a.
- DUCROT, Oswald. Analyses pragmatiques. **Communications**.n°32, p. 11-60, 1980b.
- DUCROT, Oswald. Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter. **Cahiers de linguistique française**. n°4, p. 143-163, 1982.
- DUCROT, Oswald. Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation. **Le dire et le dit**. Paris : Minuit, 1984a.
- DUCROT, Oswald. Langage, métalangage et performatifs. **Le dire et le dit**. Paris : Minuit, 1984b.
- DUCROT, Oswald. Topoi et formes topiques. **Bulletin d'études de linguistique française**. n°22, p. 1-14, 1988.
- DUCROT, Oswald. Argumentation et persuasion. In : DE MULDER, W. ; SCHUEREWEGEN, F ; TASWMOWSKY, L. (éds). Énonciation et parti-pris : Actes du Colloque d'Anvers, février 1990. Amsterdam, Atlanta, Rodopi, p. 143-158, 1992.
- DUCROT, Oswald. Pour une description non véridative du langage. **Linguistics in the Morning Calm**. n°3, p. 45-57, 1995.
- DUCROT, Oswald. Lexique et gradualité. In : ALONSO, E. ; BRUNA, M., MUNOS, M. (éds). **La lingüística francesa : gramática, historia, epistemología**. Université de Séville, p. 191-206, 1996.
- DUCROT, Oswald. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In : DOURY, M ; MOIRAND, S. (éds). **L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontations**. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, p. 17-34, 2004.
- DUCROT, Oswald, De l'intérêt de choisir entre peu et un peu. **Bulletin Hispanique**.tome 107, n°1, p.109-117, 2005.
- NOVALIS, Monologue. In : **Novalis. Œuvres complètes**, traduction d'Armel Guerne, Gallimard, 1975.
- SEARLE, John. **Les actes de langage : Essai de philosophie du langage**. Préface d'Oswald Ducrot. Paris : Hermann, 1972.
- STAROBINSKI, Jean, La Rochefoucauld et les morales substitutives (I), **NRF** n° 163. 1966a.
- STAROBINSKI, Jean, La Rochefoucauld et les morales substitutives (II), **NRF** n° 164. 1966b.

Recebido em: 15 de fevereiro de 2022.
Aceito em: 25 de fevereiro de 2022.